

Governo federal vai endurecer regras para o mercado das bets

Entre 500 e 600 sites de apostas não regulamentados serão tirados do ar nos próximos dias, afirma Haddad, que recomenda aos usuários a retirada imediata de dinheiro. Outras frentes de ação são proibição do uso de cartão de crédito e do cartão Bolsa Família e maior vigilância sobre a publicidade

Governo federal vai endurecer regras do mercado das bets

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, em entrevista ao *Jornal da CBN*, que bets que não ingressaram com o pedido de regulamentação terão os sites derrubados na próxima semana. A Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) deverá dar início à notificação de bloqueio a essas plataformas. Segundo o ministro, são entre 500 e 600 casas de apostas que vão sair do ar:

– Do mesmo jeito que o X saiu do ar, essas empresas devem sair também, por falta de adequação à legislação aprovada pelo Congresso Nacional. Se você tem dinheiro em casa de aposta, peça a restituição já. No final de agosto, o Ministério da Fazenda recebeu 113 pedidos de autorização, de um total de 108 empresas, para atuar no mercado de apostas esportivas no país. O número de solicitações superou as estimativas da equipe econômica, que quase quintuplicou a projeção de arrecadação com o setor neste ano. Além do banimento de sites de apostas não regulamentados, o ministro citou outras frentes de trabalho do governo federal para controle do uso das bets no Brasil, como a proibição do uso de cartão de crédito e do cartão Bolsa Família nesses sites, acompanhamento por CPF de apostas e prêmios e um maior controle sobre a publicidade do setor, que, na avaliação de Haddad, está “fora de controle”.

Encontro com entidades

O ministro informou que terá, hoje, reunião com representantes de entidades de regulação de publicidade para discutir as propagandas das bets no país. Para Haddad, é preciso ter o mesmo zelo com as propagandas das bets que há com a publicidade de cigarros e bebidas alcoólicas.

Em outra frente, o Google anunciou atualização em sua política de publicidade.



Ministro da Fazenda avaliou que a propaganda do setor está “fora de controle” e terá reunião hoje com representantes do ramo

A empresa passará a exigir, a partir de hoje, que as bets tenham registro no Ministério da Fazenda para anunciar em suas plataformas, segundo o site *gl*. A companhia informou também que as regras para operadores de corridas de cavalos e loterias não vão mudar, mas que esses anunciantes precisam solicitar, novamente, uma certificação à big tech para continuar anunciando no Brasil, a partir de hoje.

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, disse, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que o governo avalia mudar o titular do Bolsa Família para quem tentar usar o dinheiro do programa social em bets. E a pasta também deve ampliar o monitoramento do uso dos valores do benefício para outros gastos alheios à alimentação, inclusive aqueles realizados na Loteria Federal.

Na semana passada, nota técnica divulgada pelo Banco Central sobre o mercado de apostas online no país mostrou que, apenas em agosto, 5 milhões de pessoas de famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões via Pix a plataformas de apostas, com média de gastos por pessoa de R\$ 100.

Naquele mês, 56 empresas de apostas e jogos de azar online totalizaram R\$ 20,8 bilhões de transferências recebidas.

Diante da escalada de preocupação com o impacto social e econômico dos jogos de apostas online, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou reunião para esta semana com ministros sobre a regulamentação das bets. A conversa deverá incluir representantes dos ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Casa Civil.

Fraude

Segundo portaria publicada no Diário Oficial da União, a partir de outubro e até o final de dezembro, só poderão seguir em funcionamento no país empresas que já estão atuando e que solicitaram autorização para explorar a modalidade lotérica de apostas de quota fixa até 16 de setembro.

As empresas aprovadas terão de pagar a outorga de R\$ 30 milhões para começar a funcionar e, a partir de janeiro, quando terá início o mercado regulado dos sites de apostas no país, precisarão cumprir todas as regras para combate à fraude, à lavagem de dinheiro e à publicidade abusiva, entre outras. —

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco **Página:** 6